

Relatório Anual da Administração

EETEP afere a sua receita em função da disponibilidade das instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram: Dados operacionais: Disponibilidades (%) 2017 2016 100,00% 100,00% A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2017, a EETEP realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2016, 2. Gestão de P&D 2017/2018;

Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2017 e 2016

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.621	7.970	10.543	10.443
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.175	1.200
Contas a receber da concessão	7	55.359	83.062	69.524	97.054
IR e CS compensáveis		749	741	807	874
Outros tributos compensáveis		580	579	687	682
Dividendos a receber		2.581	2.473	-	-
Outros ativos		1.940	1.576	2.103	1.684
		67.830	96.401	84.839	111.937
Ativo Não Circulante		174.504	160.446	184.702	175.221
Contas a receber da concessão	7	87.008	81.124	180.178	171.400
Outros ativos		2.079	2.050	4.172	3.316
Investimentos	8	85.114	76.828	-	-
Imobilizado		51	54	77	80
Intangível		252	390	275	425
		174.504	160.446	184.702	175.221
Total do Ativo		242.334	256.847	269.541	287.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	16.698	17.498	19.959	20.749
Fornecedores		699	680	1.115	1.144
IR e CS a pagar		6.282	4.140	6.337	4.228
Outros tributos a pagar		2.283	2.869	2.361	2.960
Encargos regulatórios	10	3.210	3.313	3.659	3.880
Outros passivos		535	504	678	610
		29.707	29.004	34.109	33.571
Passivo não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	28.394	44.598	47.814	67.057
IR e CS diferidos	11	15.718	18.497	19.013	21.692
Provisão para contingências	12	-	-	90	90
		44.112	63.095	66.917	88.839
Patrimônio Líquido		168.515	164.748	168.515	164.748
Capital social	14	111.482	105.252	111.482	105.252
Reservas de lucro		48.508	48.844	48.508	48.844
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14	8.525	10.652	8.525	10.652
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		242.334	256.847	269.541	287.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	Nota	Reserva especial para incentivos fiscais		Reserva de retenção de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Lucros acumulados		Total
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Saldo em 31 de Dezembro de 2015										
Lucro líquido do exercício										
Destinação proposta à AGO:										
Incentivo fiscal				6.230	-	-	-	(6.230)	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos				-	-	(6.648)	-	(6.648)	-	-
Dividendos intermediários				-	-	(21.344)	-	(21.344)	-	-
Juros sobre capital próprio declarados				-	-	(10.901)	-	(10.901)	-	-
Dividendos adicionais propostos				-	-	10.652	-	10.652	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		105.252	21.050	6.230	21.564	10.652	10.652	10.652	10.652	164.748
Aumento de capital		6.230	-	(6.230)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício										
Destinação proposta à AGO:										
Reserva legal			1.246	-	-	-	-	(1.246)	-	-
Incentivo fiscal			-	4.648	-	-	-	(4.648)	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos			-	-	-	(10.652)	-	(10.652)	-	-
Dividendos intermediários			-	-	-	(16.052)	-	(16.052)	-	-
Juros sobre capital próprio declarados			-	-	-	(11.134)	-	(11.134)	-	-
Dividendos adicionais propostos			-	-	-	8.525	-	8.525	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		14	111.482	22.296	4.648	21.564	8.525	8.525	8.525	168.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1 Contexto operacional: A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("EETEP") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olimpiadas, 66 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP. A EETEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessão	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Redução de 50% do RAP após o término da operação
EETEP	100%	043/2001	30	2031	56,367	IGPM	Sim
ESDE	100%	025/2009	30	2039	13,097	IPCA	Não

A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017. A RAP da ESDE, acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente é de R\$ 13.134. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EETEP entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada na nota explicativa "Contas a receber da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da EETEP foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2018. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A EETEP revisa suas estimativas anualmente. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da EETEP e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a EETEP e sua controlada. São consideradas controladas quando a EETEP controla uma entidade quando esta é exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu desenvolvimento econômico e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício da empresa controlada. A seguinte controlada está sendo incluída na demonstração contábil consolidada:

Razão Social	Tipo de investimento	% Participação	
		Dezembro 2017	Dezembro 2016
ESDE - Empresa S.A.			
Dumont de Energia S.A.	Controlada	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber da concessão são classificadas em duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como "ativos financeiros pelo custo amortizado" e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2 Contratos de concessão:** De acordo com a ICP 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização de infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a EETEP e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4 Passivos financeiros:** A EETEP e sua controlada classificam fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado. **3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a EETEP e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.7 Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A EETEP e sua controlada revisam e ajustam suas estimativas e premissas anualmente. **3.7 Tributações.** **3.7.1 Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

3. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão; 4. Desenvolvimento de metodologia de otimização de traçado e projeto de linhas de transmissão empregando técnicas quantitativas em sistema de informações geográficas; e 5. Fadiga de cabos de alumínio liga (CAL) 1120 e 6201: Estudo comparativo, efeito de grampos AGS e de emendas pré-formadas. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Como forma de incentivo à cultura e ações sociais, a EETEP está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os

quais destacamos: Associação Vagalume e Fundação Bachiana, além de doações para 4 instituições no Estado de São Paulo. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2017, os resultados da EETEP foram:

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita Operacional Líquida					
Custo dos Serviços Prestados					
Pessoal		(1.763)	(1.463)	(2.135)	(1.687)
Material e serviços de terceiros		(2.539)	(2.606)	(4.243)	(4.361)
Outros		(2.691)	(2.570)	(2.733)	(2.638)
Custo de implantação de infraestrutura		-	-	(1.704)	-
		43.373	57.172	56.507	69.981
Lucro Bruto (Despesas) Receitas Operacionais					
Despesas Gerais e Administrativas		(1.626)	(1.844)	(1.776)	(1.849)
Pessoal e administradores		(324)	(404)	(445)	(559)
Material e serviços de terceiros		(141)	(149)	(153)	(161)
Depreciação e amortização		(509)	(569)	(551)	(608)
Outras		(2.600)	(2.966)	(2.925)	(3.177)
		10.867	10.413	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial		8	10.413	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		51.640	64.619	53.582	66.804
Receitas Financeiras		16	1.160	1.541	2.320
Despesas Financeiras		16	(6.011)	(11.912)	(7.731)
Lucro antes da CS e do IR		46.789	54.569	47.392	55.237
Imposto de Renda e Contribuição Social					
IR e CS correntes		17	(7.963)	(6.996)	(8.466)
IR e CS diferidos		11	17	2.779	1.554
Lucro Líquido do Exercício		41.605	49.127	41.605	49.127
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		41.605	49.127	41.605	49.127
Lucro Líquido do Exercício por Ação Ordinária - Em R\$				0,924555	1,091711
Lucro Líquido do Exercício por Ação Preferencial - Em R\$				0,924555	1,091711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Resultado de Equivalência Patrimonial		8	10.413	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		51.640	64.619	53.582	66.804
Receitas Financeiras		16	1.160	1.541	2.320
Despesas Financeiras		16	(6.011)	(11.912)	(7.731)
Lucro antes da CS e do IR		46.789	54.569	47.392	55.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício		41.605	49.127	41.605	49.127
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		41.605	49.127	41.605	49.127
Lucro Líquido do Exercício por Ação Ordinária - Em R\$				0,924555	1,091711
Lucro Líquido do Exercício por Ação Preferencial - Em R\$				0,924555	1,091711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Reservas de lucros		</			

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. • **Valorização do saldo de Contas a receber (ativo financeiro) da concessão:** Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas um saldo significativo relacionado ao contas a receber (ativo financeiro) da concessão, sendo esse saldo relacionado aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão em consonância com os contratos de concessão. Os referidos contratos de concessão asseguram incondicionalmente à Companhia e sua controlada o direito de receberem caixa ou equivalente de caixa em contrapartida aos investimentos realizados, independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, caracterizando-se assim um ativo financeiro. Durante o período de concessão, o valor relativo ao contas a receber da concessão se realiza por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), conforme contratos de concessão. Adicionalmente, esse ativo financeiro é mensurado a cada período de reporte considerando-se uma taxa de atualização baseada em índices inflacionários e descontado pela taxa interna de retorno da Companhia e sua controlada. Ao

término do período de concessão é assegurado à Companhia e sua controlada o direito à indenização relativa ao investimento realizado e não recuperado durante o período de concessão pelo recebimento da RAP. Devido à relevância do ativo financeiro no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Obtivemos o entendimento sobre os controles internos chave relacionados a valorização do saldo de Contas a receber da concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo financeiro e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização dos investimentos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia de cálculo utilizada pela Companhia e sua controlada para valorização das contas a receber da concessão (ativo financeiro), incluindo a razoabilidade das principais premissas utilizadas incluindo a taxa de reajuste da RAP e taxa de desconto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, ainda, a inspeção documental, em base amostral, das transações que resultaram em adições ao ativo financeiro da Companhia e sua controlada ocorridas durante o exercício, considerando a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo financeiro e gastos com manutenção reconhecidos no resultado do exercício bem como a natureza desses investimentos. Consideramos ainda, em base amostral, a conciliação entre os registros contábeis e movimentação do recebimento financeiro dos valores relativos à RAP. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável a valorização do saldo de Contas a receber (ativo financeiro) da concessão no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

Contador CRC 1SP160482/O-6

Fabian Junqueira Sousa

Contador CRC 1SP235639/O-0